

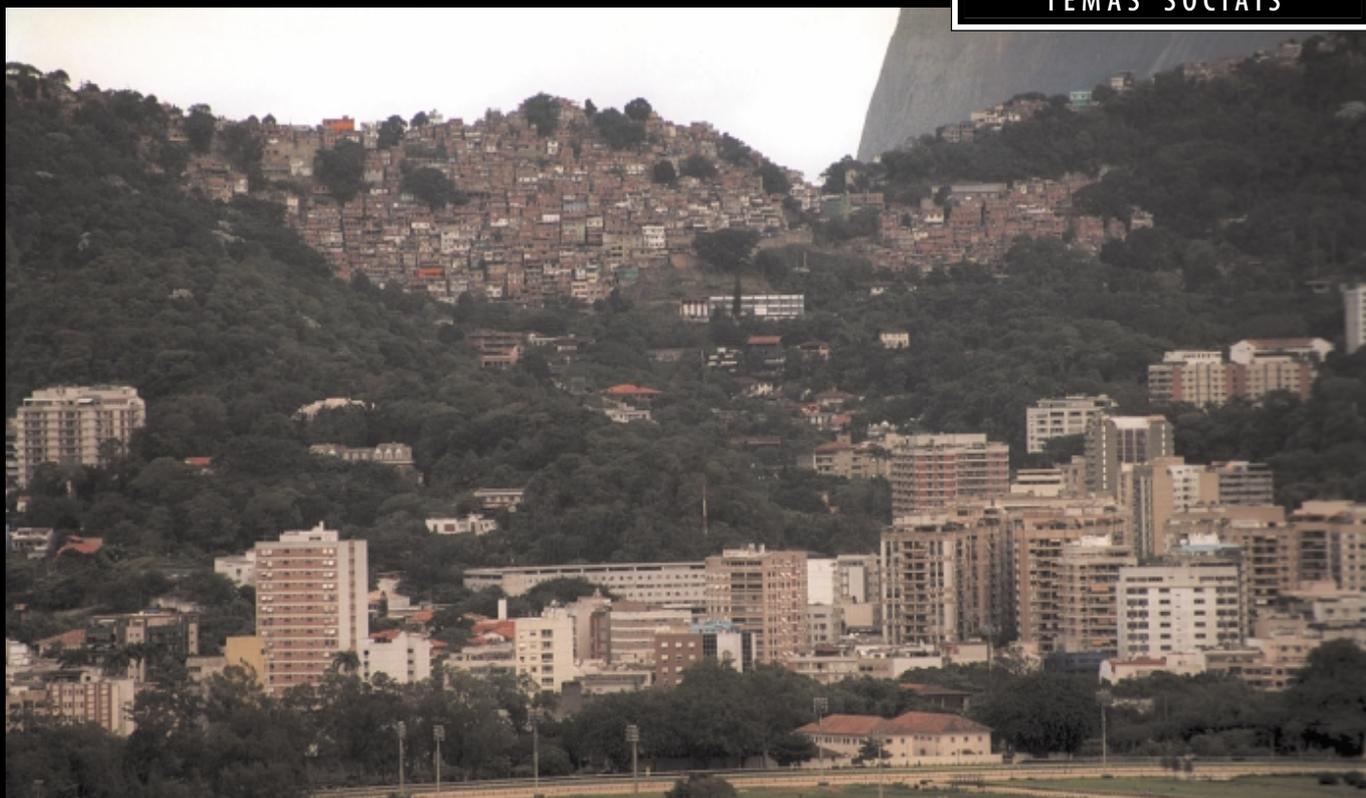
Favela da Rocinha, na zona sul do Rio, à noite e de dia:...

Lampião, “Gatos” & Robin Hood

MARCELO NERI

Chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV

Qual é o custo do ajuste energético para os diferentes grupos sociais? Quais os prós e contras de modalidades alternativas de planos de racionamento de energia? Como lidar com a informalidade elétrica? A base de dados utilizada é a Pesquisa de Padrões de Vida (PPV) do IBGE que cobriu cerca de 5 mil domicílios no Nordeste e Sudeste, justamente as regiões mais sujeitas às agruras do racionamento. O processamento dos dados da PPV pelo Centro de Políticas Sociais da FGV permitiu cruzar variáveis relativas ao gasto e ao consumo com um amplo espectro de variáveis socioeconômicas.



...barracos mais iluminados do que muitos condomínios de luxo

Iniciamos pela análise da principal fonte de iluminação dos domicílios: 92,26% energia elétrica, 0,07% gerador, 0,37% velas e 7,29% lampião. Ou seja, a crise afetaria potencialmente 92% dos 25 milhões de domicílios do Nordeste e do Sudeste cuja principal fonte de iluminação é elétrica. A tabela 1 apresenta o perfil socioeconômico dos grupos afetados por essas diferentes fontes de iluminação. Nas áreas metropolitanas esse índice supera 95% em todas as regiões. Quer dizer, a crise energética é acima de tudo metropolitana, o que preocupa, pois essas foram as áreas mais afetadas pelas crises externas entre 1997 e 1999. Por outro lado, as metrópoles não são as áreas mais pobres do país.

No nordeste rural, que abriga a população mais pobre, 44,67% da iluminação vêm do lampião. Além de revelar a precariedade das condições de vida da região, o dado revela ao mesmo tempo que a região não será a mais prejudicada pela escassez de energia elétrica. Esse

dado é fundamental, em função da seca que essa área estará sofrendo nos próximos meses.

Segundo alguns analistas, os principais adversários do plano de racionamento de energia elétrica são aqueles que mais se beneficiaram da lua-de-mel com o Plano Real. Isto é, aqueles que participaram do *boom* de vendas de duráveis observado no período 1994-95. Este *boom* foi especialmente forte entre os indivíduos de baixa renda que passaram a adquirir não só produtos básicos como, televisão e geladeira, mas em muitos casos bens de luxo como aparelho de ar-condicionado e videocassete. Assim, o governo estaria conspirando contra os seus aliados de primeira hora.

Na verdade, os maiores inimigos do plano de racionamento são aqueles que consomem energia elétrica e não pagam por ela. Esse grupo de indivíduos está à margem das penalidades introduzidas pelo racionamento, como sobretaxas e corte de energia para quem não atingir

a meta de 20%. Abordamos um tipo particular de informalidade elétrica passível de mensuração: aquela derivada da combinação de indivíduos que consomem energia elétrica pela posse de geladeira ou televisão, mas que não pagam, captados por uma conta nula de energia. É importante ressaltar que nossa metodologia não permite medir as ligações clandestinas parciais, aquelas em que o “gato” coexiste com a conta formal, mas como expediente para torná-la mais barata.

A taxa média de informalidade elétrica entre o total de domicílios cuja principal fonte de iluminação é elétrica é de 9,61%. Apresentamos na tabela 2 o perfil socioeconômico dessas ligações clandestinas de energia elétrica, aí incluindo a taxa de “gatos” e a participação relativa desses no conjunto de domicílios em questão. A taxa de “gatos”, considerando apenas os domicílios que têm geladeira ou TV, corresponde a 10,31%. Nesses casos a taxa de informalidade é

mais acentuada na camada inferior da distribuição de renda domiciliar *per capita*, caindo até atingir 2,03% entre os 20% mais ricos. O mesmo resultado qualitativo é observado quando usamos educação do chefe e outras variáveis altamente correlacionadas com renda.

A taxa de informalidade em favelas e outras ocupações ilegais é de 41,2% contra 4,43% dos condomínios de casas e apartamentos, o que evidencia uma correlação forte entre informalidade fundiária e elétrica e que varia entre as regiões metropolitanas pesquisadas, indo de 3,27% em Belo Horizonte a 16,2% em Salvador.

No Sudeste o Rio de Janeiro é o estado que apresenta a taxa mais próxima dos níveis nordestinos, com 10,6%. Esse resultado seria consistente com a alta informalidade trabalhista observada no mercado de trabalho do Rio. Entretanto, a relação entre informalidade no trabalho e energética não é muito expressiva: entre aqueles domicílios cujo chefe contribui com a previdência a informalidade elétrica é de 10,9% contra 9,4% das demais.

A comparação revela ainda que a chance de um morador do Rio ser “gato” é de 98,96% maior que a dos paulistanos. Agora, quando comparamos moradores dessas duas metrópoles com características como as citadas acima, exatamente iguais, essa estatística cai para 97,57%. Ou seja, a alta informalidade elétrica dos moradores do Rio é muito pouco explicada pela posse de características associadas aos “gatos” e mais como um atributo específico da região.

Com relação aos domicílios com eletrodomésticos observamos que quando restringimos a análise somente a eletrodomésticos de luxo, como computador, microondas e ar-condicionado, verificamos respectivamente as taxas 1,28, 1,02 e 1,07, diferente do que ocorre quando analisamos os eletrodomésticos básicos como ferro e ventilador, estes com taxas de 8,83% e 8,78%, respectivamente. Isso evidencia mais uma vez que nos domicílios no qual o poder aquisitivo é

Tab.1 – Principais fontes de iluminação dos domicílios (%)

	Elétrica	Gerador	Lâmpião	Vela	Nº de dom. em mil
Total	92,26	0,07	7,29	0,37	26.799
Quintil de renda*					
1 (20 % mais pobres)	77,99	0,01	21,27	0,74	6.435
5 (20% mais ricos)	99,27	0,00	0,64	0,10	5.090
Área geográfica*					
Sudeste rural	81,83	0,67	16,47	1,03	1.630
Sudeste urbano	99,25	0,00	0,75	0,00	7.524
Região metropolitana de São Paulo	99,80	0,00	0,00	0,20	4.284
Região metropolitana de Fortaleza	96,82	0,14	3,04	0,00	598
Nordeste rural	53,54	0,00	44,67	1,79	3.353
Nordeste urbano	97,99	0,00	1,81	0,19	4.485
Aspectos fundiários*					
Localizado em condomínio	99,85	0,15	0,00	0,00	3.434
Localizado em favela ou área irregular	98,19	0,00	1,81	0,00	1.181
Localizado em construção isolada	90,65	0,07	8,82	0,46	21.809

Fonte: CPS-FGV processando os microdados da PPV-IBGE.

*Omitimos algumas categorias para simplificar a apresentação.

maior, a informalidade elétrica é menor.

Em termos gerais as más notícias derivadas da crise elétrica atingem menos fortemente a cauda inferior da distribuição de renda. Para os 20% mais pobres, 21,27% da iluminação provêm do lâmpião, contra 0,64% dos 20% mais ricos. Esta é uma face eminentemente rural do problema. Nas áreas urbanas, e em particular nas metropolitanas, o racionamento também deve ser menos sentido pelos mais pobres. Entre os conectados na eletricidade, os 20% mais pobres têm “gatos”, contra 2,03% dos 20% mais ricos. Obviamente não podemos dizer que a crise tem um perfil Robin Hood, de roubar dos ricos para dar aos pobres.

Incentivos Elétricos – Veremos agora os efeitos do plano de racionamento sobre as motivações de economia elétrica. Primeiramente, existe um nível coletivo de incentivos à economia de energia baseado na premência de se evitar o apagão. O problema dos incentivos coletivos é que eles são tênues na perspectiva dos interesses individuais. Cada um

pensa: a minha contribuição à redução da probabilidade de adoção do apagão é ínfima, logo não economizo. Entretanto, se boa parte dos brasileiros agir da mesma forma, o apagão acaba por acontecer. O sucesso da estratégia adotada não pode se resumir a atributos nobres da nossa população, como altruísmo e civilidade, mas deve basear-se em motivações individuais.

As chances de sucesso do plano estão na imposição de sobretaxas tarifárias crescentes com a do volume de energia. O ajuste via preços leva a uma maior flexibilidade na gestão energética de firmas e domicílios em relação a cortes lineares de energia, traduzidos sob a forma de apagões aleatórios ou feriados. As sobretaxas permitem que cada uma adeqüe seu consumo às suas preferências, tecnologias e restrições orçamentárias. Além de maior eficiência econômica, as sobretaxas apresentam um efeito distributivo favorável às classes de baixa renda. Esses atributos econômicos e sociais seriam perdidos no apagão generalizado.

A clandestinidade no acesso à energia complica os esforços oficiais de economia. Existem incentivos à difusão de ligações clandestinas nas altas faixas de consumo sujeitas às maiores sobretaxas. A fim de se coibir a procriação de “gatos” com pedigree”, seria interessante criar um nível intermediário de incentivos entre os níveis macro e microeconômico. A proposta é a de que a conta de luz individual reflita não só o consumo de energia do domicílio, mas também o da respectiva vizinhança. Caso ocorresse redução do consumo de uma dada vizinhança, a conta de cada um dos seus membros seria reduzida. Os indivíduos teriam as motivações corretas para coibir os “gatos”. A vantagem seria explorar redes de solidariedade e de conhecimento intrínsecas às vizinhanças. O autor do “gato” não estaria apenas furtando anonimamente a distribuidora de energia elétrica, mas estaria traindo seus vizinhos às claras.

Mas, e nas localidades onde os “gatos” são a regra, e não a exceção? Os barracos das favelas estão hoje muito mais acesos do que os condomínios de luxo. Essas comunidades estão à margem dos incentivos do racionamento. Uma solução é o corte unilateral dos “gatos” pelas concessionárias, o que é uma temeridade não só pela precariedade social dessas áreas como pelo quadro de violência urbana.

Portanto, como estender às comunidades de baixa renda incentivos à economia de energia? Pode-se explorar a distribuição de prêmios na comunidade. A proposta seria realizar transferências de renda às comunidades, proporcionais à redução do gasto de energia coletiva observado. Assim se criaria um mercado para comprar a energia consumida pelas comunidades de baixa renda.

A princípio é relativamente barato comprar o excesso de energia consumido nas comunidades com “gatos” elétricos, pois o preço alto da luz está na origem da prática ilegal. Quando o preço da luz sobe, como na crise atual, esse corolário se torna mais relevante. Bus-

Tab. 2 – Informalidade elétrica nos domicílios cuja principal fonte de luz é elétrica (em %)

	Taxa de “gatos”	Distribuição dos “gatos”
Total	9,61	100,00
Quintil de renda*		
1 (20 % mais pobres)	16,77	35,44
5 (20% mais ricos)	2,02	4,29
Área geográfica*		
Região metropolitana de Fortaleza	9,23	2,25
Região metropolitana de Salvador	15,29	4,27
Demais regiões do Nordeste	13,69	35,68
Região metropolitana de Belo Horizonte	3,15	1,22
Região metropolitana do Rio de Janeiro	10,58	11,89
Região metropolitana de São Paulo	5,58	10,05
Demais regiões do Sudeste	8,35	30,93
Localização do domicílio*		
Favela ou área irregular	34,85	17,02
Construção isolada	8,98	74,73
Condomínio	4,35	6,28
Número de pessoas por cômodo*		
Até 5	5,46	9,68
De 6 a 10	8,60	36,21
De 16 a 20	13,55	17,52
Número de banheiros*		
Não tem	19,09	11,74
1	11,06	85,39
4 ou Mais	1,45	0,36
Tem cozinha		
Não tem	22,29	11,38
Tem	8,95	88,62

Fonte: CPS-FGV processando os microdados da PPV-IBGE.

*Omitimos algumas categorias para simplificar a apresentação.

ca-se, dessa forma, introduzir nos segmentos informais incentivos para a economia de energia elétrica e ainda preservar o que talvez seja o aspecto mais interessante da crise, que é poupar os mais pobres do grosso dos custos do ajuste.

Existem algumas variantes da proposta:

- Focalizar os incentivos nos “gatos”, indexando as contas apenas às perdas energéticas da comunidade e não ao consumo total.
- O prêmio às comunidades informais poderia ser distribuído diretamente

aos indivíduos mediante a formalização das ligações. Isto complicaria a operacionalização da proposta, mas abriria espaço para a solução do problema a longo prazo.

- os incentivos à economia de energia poderiam ser implementados por governos estaduais ou privadamente pelas concessionárias distribuidoras de energia, as mais prejudicadas pelos “gatos”. Seria aconselhável que os incentivos viessem sob a forma de prêmios, e não punições, para reduzir incertezas jurídicas. 